



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA



REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE GEOGRAFIA PARA ALUNOS
SURDOS

Dayane Aparecida Roque

Divinolândia de Minas–MG 2022

**Reflexões sobre o Ensino de Geografia para alunos
Surdos**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal de
Ouro Preto, como requisito básico para
a Conclusão do Curso de Licenciatura
em Geografia.

Orientador(a)

Avaliador(a)

Divinolândia de
Minas- MG 2022



FOLHA DE APROVAÇÃO

Dayane Aparecida Roque

Reflexões sobre o ensino de Geografia para alunos surdos

Monografia apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Aprovada em 12 de julho de 2022

Membros da banca

Prof. Dr. Thiago Macedo Alves de Brito - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto
Prof. Dr. Fernando José Coscioni - Universidade Federal de Ouro Preto

Dr^a. Marta Bertin, Coordenadora do Curso de Geografia, certifica a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 13/07/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Marta Bertin, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 13/07/2022, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0361563** e o código CRC **F1DE023B**.

SUMÁRIO

01 -	INTRODUÇÃO.....	05
02 -	LÍNGUA E LINGUAGEM.....	07
03 -	DEFICIÊNCIA AUDITIVA.....	09
04 -	EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	10
05 -	QUESTÕES SOBRE O ENSINO DE GEOGRAFIA	13
06 -	METODOLOGIAS APLICÁVEIS.....	16
07 -	CONCLUSÃO.....	19
	REFERÊNCIAS.....	21

REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE GEOGRAFIA PARA ALUNOS SURDOS

Dayane Aparecida Roque

RESUMO

Nos últimos anos, as discussões têm sido intensificadas, por parte de pesquisadores, os desafios que envolvem ensino de surdos, sob diferentes perspectivas, principalmente, em relação aos cursos de licenciatura, em específico, à área de Geografia. Por conseguinte, nesta pesquisa de cunho, eminentemente, qualitativo, buscou-se refletir sobre os desafios e as potencialidades do ensino de Geografia para alunos surdos. Destarte, investigou-se artigos que tratam a respeito da temática em questão. Por meio desta escrutinação, evidenciou-se que há uma necessidade premente ao que concerne os investimentos de infraestrutura nas instituições, quanto ao ensino de aprimoramento profissional, a partir de formação continuada dos professores voltada para inclusão de pessoas surdas. Ademais, vislumbrou-se também que, ao aproximar, os professores atuantes no ensino regular do universo da Língua de Sinais, pode-se redimensionar o saber do fazer pedagógico e ocasionar reflexos qualitativos em relação aos processos de ensino-aprendizagem e de produção de conhecimento nas aulas de Geografia.

Palavras-chave: Ensino de Geografia; Inclusão; Surdo.

1- INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa apresenta uma reflexão sobre o ensino de Geografia para alunos surdos. A discussão sobre inclusão é de suma importância, por estarmos vivendo em uma época em que o respeito à diversidade e às suas características de gênero, étnicas, socioeconômicas, religiosas, físicas e psicológicas têm emergido como uma questão ética promovendo a reivindicação por uma sociedade mais justa e igualitária. À vista disso, levam-se em conta os inúmeros problemas educacionais e o verdadeiro papel da educação formal, bem como a inclusão do discente surdo nos contextos escolar e social. A educação urge por um esforço coletivo para vencer obstáculos e bloqueios que impossibilitam a construção de um ensino regular que eduque de fato para o exercício da cidadania e seja o aparato real de transformação, no cotidiano, dos discentes surdos. Segundo Rech (2019), recentemente, os cursos de Licenciaturas em diferentes áreas do conhecimento passam a contemplar, em suas matrizes curriculares, a disciplina voltada para os ensinamentos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). No entanto, a grande maioria dos professores que atuam na Educação Básica não tem domínio ou desconhecem, completamente, a LIBRAS.

Posto isso, o ensino de Geografia inclusivo processa-se pela formação adequada do professor, sendo que a qualidade de sua interposição pedagógica dependerá de sua formação. A importância dessa preparação e adoção de metodologias de ensino da disciplina em questão torna-se relevante para os discentes surdos. Além disso, durante o estudo realizado ao que concerne o tema, conheceu-se o processo de inclusão e identificaram-se as concepções e as práticas pedagógicas dos professores de Geografia.

Para Callai (1988, apud DARSIE, 2016), o ensino da Geografia, atualmente, frente a tantas mudanças que ocorrem no mundo e às propostas de transformação e reformulação curricular da escola, exige que se pense novas alternativas de ensino, a partir da necessidade de se refletir e praticar novos modelos didáticos.

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) que, atualmente, é o documento base da nossa educação traz concepções que precisam ser observadas e propõe dez competências gerais para que o aluno construa ao longo de sua escolaridade em todos os níveis e etapas de ensino. Tem caráter normativo e define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas. As competências são compostas por habilidades que estão em cada área de atuação (BRASIL, 2018).

Sobre o ensino de Geografia, a Base Nacional Comum Curricular relata:

É preciso superar a aprendizagem com base apenas na descrição de informações e fatos do dia a dia, cujo significado restringe-se apenas ao contexto imediato da vida dos sujeitos. A ultrapassagem dessa condição meramente descritiva exige o domínio de conceitos e generalizações. Estes permitem novas formas de ver o mundo e de compreender, de maneira ampla e crítica, as múltiplas relações que conformam a realidade, de acordo com o aprendizado do conhecimento da ciência geográfica. (BRASIL, 2018, p.361)

Ainda, sobre a educação inclusiva, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) requer o compromisso com os alunos com deficiência, reconhecendo a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de diferenciação curricular, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

O objetivo desta pesquisa é refletir e analisar sobre os desafios e as potencialidades do ensino de Geografia para alunos surdos, sob as possibilidades metodológicas com enfoque na experiência visual, bem como discutir estratégias didáticas. Uma vez que, as mesmas encontram-se enredadas com a aprendizagem efetiva, de forma que venham colaborar para a formação de sujeitos pensantes e críticos, capazes de argumentar e elucidar situações que se apresentam no cotidiano.

Atualmente, é possível perceber muitas mudanças e avanços em relação à educação de surdos, embora, ainda, hajam melhorias e ajustes para que a inclusão desse aluno seja efetivada. Uma das melhorias foi a Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Ela institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001), o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns do ensino regular, destaca que as escolas devem organizar seus espaços com a presença de dois tipos de professores: os da classe comum, capacitados, e os de Educação Especial, especializados, os quais devem atuar de forma colaborativa.

A figura do Tradutor Intérprete de Libras, nas instituições de ensino, representa uma grande contribuição para o processo educativo (OLIVEIRA; MESQUITA, 2020). No entanto, não se pode desconsiderar o fato de que o conhecimento desta língua em questão, por parte dos professores, pode ampliar, inexoravelmente, tanto as práticas pedagógicas quanto a sólida formação dos discentes, mormente, sob uma perspectiva crítica.

Diante do exposto, percebe-se a necessidade de as instituições de ensino oportunizarem o acesso dos alunos surdos às salas de aula regulares, bem como, a permanência dos mesmos durante todo o processo de escolarização. Torna-se essencial aprofundar os estudos e as reflexões sobre o propósito de que a inclusão ocorra plenamente. Nessa mesma linha de pensamento, a pesquisa realizada por Oliveira e Mesquita (2020),

destaca o esforço que vem sendo despendido para que as ações práticas dos docentes e a adequação das instituições se torne uma realidade.

A inclusão escolar deve atender a diversidade e alcançar conhecimentos sobre as particularidades de todos os alunos. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), 9.394/96, especialmente, o capítulo III, Art. 205, “A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Então, no decorrer dos anos, o Brasil vem implementando leis para que, de algum modo, tornem a educação um direito de todos, incluindo um vasto processo de formação de gestores e educadores para garantir, principalmente, atendimento educacional especializado e acessibilidade (OLIVEIRA; MESQUITA, 2020, p.2).

As informações mencionadas não têm o propósito de findar todas as discussões a respeito do tema, mas sim, alavancar a necessidade do debate e da continuidade acerca dos estudos e reflexões sobre uma temática que é tão sensível aos profissionais da educação, principalmente, aqueles que lidam com a ciência geográfica.

2- LÍNGUA E LINGUAGEM

A comunicação surgiu da necessidade de interação entre as pessoas e foi desenvolvida como uma ferramenta essencial para a sobrevivência. Para Quadros e Karnopp (2004, apud DARSIE, 2016), a língua começou a se desenvolver pela necessidade de que os seres humanos tinham de interagir com o outro, a fim de sobreviverem e trabalharem, reciprocamente. Surgiu, então, a primeira função da língua: a comunicação, que com o passar do tempo, foi ganhando particularidades diferentes relacionadas às comunidades pertencentes.

Nesse sentido, o processo linguístico está relacionado aos contextos social e cultural, uma vez que o conhecimento da língua também acontece a partir da necessidade de interação entre os seres humanos. Na educação, faz-se imprescindível a interação e comunicação, tendo a linguagem uns dos principais mecanismos de expressão do pensamento para consolidação de aprendizagens.

Para as pessoas surdas é importante saber que a linguagem usada não é igual a do público em geral. Esta informação é um elemento que deve ser considerado, na hora do ensino, é fundamental que sejam pensadas e desenvolvidas estratégias didáticas, por meio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), essa que é o principal meio de comunicação com alunos surdos em sala de aula. No entanto, a linguagem de sinais é diferente da linguagem

falada, baseia-se na fonte a partir da qual se expressa, ou seja, utiliza meios visuais não auditivos como forma de estabelecer comunicação por meio de configurações manuais.

Cada país tem sua própria Língua de Sinais, portanto, têm inglês, francês, alemão, italiano e outras. Para o Brasil, Libras é uma língua, formalmente, e definida pela Lei Federal 10.436 de 24 de abril de 2002. Essa situação nos leva a pensar que aspectos legais envolvidos nessa questão da difusão de Libras, geram impacto direto em práticas escolares.

[...] ressaltamos que além do contato com outros não ouvintes, a interação com professores que saibam se comunicar por meio da Libras é de extrema importância. Partindo disto, retomamos os argumentos de autores como, por exemplo, Callai (2003), quando infere que o ensino de Geografia deve levar em conta as bases teórico-filosóficas e seus conceitos específicos. Assim, no contexto do ensino de Geografia para surdos, para que consigamos nos deslocar de práticas que se identifiquem com a Geografia Tradicional é necessário que os professores de que trabalham com alunos surdos dominem a Libras, de modo geral, mas, especialmente, invistam no aprofundamento do domínio de linguagem específica da Geografia (DARSIE et al, 2016, p.50).

Precisamente, sobre o ensino de Geografia, trata-se de um desafio, a capacidade de ver, meditar e criticar, sendo essa base desse componente curricular. Habilidades como estas, cada vez mais, precisam ser aperfeiçoadas, não apenas com os alunos com deficiência auditiva. É importante destacar aqui, a quarta competência geral da Educação Básica, descrita na BNCC (Base Nacional Comum Curricular) que trata do uso das diferentes linguagens.

Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens: artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo. (BRASIL, 2018, p. 9)

É fundamental o aumento de debates sobre políticas públicas e de direitos relacionadas aos campos da Educação Especial, da Educação de Surdos e da Educação Inclusiva. Em relação às aulas com alunos surdos, estas devem ser adequadas aos educandos, em Libras, pelos professores ou intérpretes treinados.

Esta ação dá oportunidade a pessoas surdas de se comunicarem e associarem a seus grupos e à sociedade como um todo. Nesse contexto, é importante dizer que, além dos hábitos desenvolvidos em sala de aula, o uso de Libras fortalece a oportunidade para desenvolver seu idioma.

3-DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Quando tratamos do deficiente auditivo, tropeçamos em diversos problemas como: a falta de comunicação oral que prejudica o aprendizado, uma vez que a oralidade é a ferramenta mais utilizada para a comunicação humana. Os profissionais de educação possuem o papel importantíssimo de moldar o sistema escolar às necessidades dos alunos. A inclusão propõe um único sistema educacional de qualidade para todos os discentes, portadores ou não de deficiência ou em outras condições atípicas.

Considera-se pessoa com deficiência auditiva o indivíduo que não possui a capacidade de contribuição de ampliação sonora. De acordo com o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005:

Art. 2º- Considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura, principalmente, pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. (BRASIL, 2015, Art.2º)

As pessoas com este tipo de deficiência usam a Língua de Sinais para se comunicarem, quando não frequentam escolas especializadas, utilizam a linguagem de sinais caseira, quando frequentam escolas especializadas, utilizam a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). Esta, regulamentada através da lei de nº 10.436 de 2002, conforme disposto no Art. 1º “é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados”.

Desta maneira, promover a causa da inclusão na sala de aula não é uma tarefa fácil, no entanto, é de extrema importância que o aluno surdo se sinta parte integrante do ambiente da sala de aula.

Uma das principais implicações que atrapalham o desenvolvimento e o bom funcionamento das escolas inclusivas é a quantidade de alunos por sala, pois seriam necessárias turmas com menos alunos em sala, de forma a facilitar o ensino por parte dos professores, com o apoio do intérprete de LIBRAS. Também observamos que há professores cuja formação deixa a desejar, além da falta de materiais didáticos adaptado à língua de sinais. Desta forma, mesmo se falando tanto em “Inclusão”, podemos ver que os próprios sistemas políticos, os quais organizam o ensino, não contribuem para efetivar realmente a inclusão desses alunos (OLIVEIRA, 2012, p. 95).

Deste modo, é necessário que o professor esteja capacitado para melhor atender este alunado, para que consiga de fato contribuir no processo de ensino-aprendizagem. Todavia, é imprescindível que haja um trabalho em conjunto para que a inclusão ocorra da melhor

forma possível. Consequentemente, toda a comunidade deve estar envolvida na causa da inclusão no âmbito escolar e é preciso ressaltar ainda que promover a inclusão não é apenas tarefa do professor.

A inclusão de alunos surdos é uma inovação que exige da escola, novos posicionamentos, implicando na necessidade de aperfeiçoamento dos professores, pedagogos e funcionários, através de cursos na área da surdez (...) para que os mesmos possa matender aos alunos surdos de modo a propiciar-lhes possibilidades de conseguir progressos significativos em sua aprendizagem. (OLIVEIRA, 2012, p. 100).

Para que a inclusão seja efetivada de fato, necessita-se de um trabalho em equipe envolvendo professores, gestores, psicopedagogos, coordenadores dentre outros. Também é importante haver uma interação entre escola e família, a comunicação entre estas duas instituições influencia bastante o desenvolvimento do aluno.

4-AEDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva envolve um pensar sobreo respeito em relação às diversidades dos sujeitos, no qual tanto compreenda, quanto aceite, plenamente, as diferenças existentes no âmbito institucional, com o intuito de levar à igualdade e à diversidade em consonância com os propósitos de uma sociedade mais justa e democrática.

Os anseios e proposições sob a inclusão são elencados na pesquisa realizada por Vitta (2010). que menciona a prioridade de procedermos a direcionamentos de ações em práticas, no sentido de abarcar a inclusão de forma mais abrangente.

A inclusão pode ser entendida como um conjunto de práticas que subjetivam os indivíduos a olharem para si e para o outro, fundadas em uma divisão platônica das relações; também pode ser entendida como uma condição de vida em luta pelo direito de se auto representar, participar de espaços públicos, ser contabilizado e atingido pelas políticas de Estado (VITTA, 2010, p. 126).

Em linhas gerais, as diferentes estâncias da sociedade já vêm presenciando a necessidade de se proceder a inclusão. No campo educacional, não há como negligenciarmos tais preceitos, visto que as concepções que embasam os procedimentos inclusivos entrelaçam-se com a necessidade de darmos condições de igualdade e oportunidades, sobretudo, valorizando e respeitando, mutuamente, as diversidades. Para Tezani (2009), empenhar-se, amplamente, em um norte que oriente no sentido do princípio de igualdade e diversidade torna-se imprescindível para o êxito no âmbito educacional:

A proposta de educação inclusiva fundamenta-se numa filosofia que aceita e reconhece a diversidade na escola, garantindo o acesso a todos à educação escolar, independentemente de diferenças individuais. O valor principal que norteia a ideia da inclusão está calcado no princípio da igualdade e diversidade, concomitante com as propostas de sociedade democrática e justa (TEZANI, 2009, p.1).

Percebe-se que a Educação Inclusiva pode ser considerada uma atitude que envolve uma concepção educacional *sine qua non* nas instituições de ensino que buscam um ensino de melhor qualidade, inclusivo e em consonância com as novas demandas emergentes na contemporaneidade.

Em virtude dos fatos mencionados, pode-se inferir que uma concepção contemporânea atrelada a aspectos inclusivos deve estar consubstanciada a partir de articulações de toda a comunidade escolar, visando que as ações sejam desprendidas em prol de melhor atender aos alunos com surdez às suas particularidades.

Em relação à Política Nacional de Educação Especial, que discorre sobre a Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), trata-se de um documento legal que começou a vigorar, desde 2008. No entanto, apesar dos apontamentos anteriores, há grupos entre os educadores que abordam essa temática e que preservam a necessidade de se estabelecer uma separação entre indivíduos deficientes, fato extremamente contrário aos anseios sociais que tanto indicam a prioridade de rompermos barreiras, quanto de garantir a acessibilidade.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até à educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008, p. 14).

A Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva de se promover e consolidar a Educação Inclusiva, visa garantir aos alunos com necessidades especiais, ou não, o direito de convivência em espaços que priorizem o respeito, a capacidade física e intelectual de todos os indivíduos, sem exceção. Há que se considerar a prioridade de um esforço coletivo, ou seja, de toda a comunidade escolar no sentido de se apropriar e impulsionar as propostas de encaminhamentos em torno das orientações dos documentos legais para que a inclusão seja realmente efetivada.

Ainda sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva destaca que:

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008, p. 5).

As leis e documentos que garantem a Educação Inclusiva, entre elas a Lei nº 4.024 de 1961 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – garantem o direito à educação em escolas regulares para as crianças portadoras de alguma deficiência ou superdotadas. Todavia, na década de 70, houve um retrocesso na política da educação inclusiva com a lei nº 5.692/71 que defendia o tratamento especializado para os alunos com necessidades especiais, criando assim, uma separação entre alunos especiais e os ditos “normais”. Nesse período, cria-se o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) responsável pela educação especial, no Brasil, propagando o movimento da integração escolar dos indivíduos com necessidades físicas ou mentais. Em 1999, foi criado o decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, estabeleceu a Política Nacional de Integração da Pessoa com algum tipo de deficiência, nesse decreto foi constituído o conceito de deficiência, ajustou-se quem são esses sujeitos e como assegurar seus direitos. De acordo com esse decreto, no artigo terceiro há esclarecimentos do que é considerada deficiência:

[...] deficiente é todo aquele que tem uma perda ou uma anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que provoque incapacidade para desempenhar atividade, dentro do padrão considerado normal para os demais. Afirma ainda, que deficiência permanente é aquela que ocorreu num determinado tempo sem recuperação, mesmo com novos tratamentos. Decreto nº 3.298. Art. 3º.

Para que haja a inclusão, efetivamente, não basta apenas a implantação de leis e determinações, é necessário que o gestor encare a questão da inclusão como uma filosofia de ensino e, não apenas como uma obrigação, tendo em vista que as políticas públicas obrigam a escola a aceitar matrícula de alunos portadores de necessidades especiais, bem como organizar cursos de capacitação. Dessa forma, o maior papel do gestor frente à educação inclusiva é inserir a inclusão como parte do processo de ensino, pois é papel fundamental da escola preparar o aluno para o convívio em sociedade de

maneira igualitária e justa.

5 -QUESTÕES SOBRE O ENSINO DA GEOGRAFIA

A Geografia possui um papel fundamental na compreensão da organização e das transformações do espaço, este estudo deve se iniciar nos primeiros anos do ensino fundamental. O estudo da Geografia envolve diferentes tipos de elementos da natureza e sociedade, portanto existe uma necessidade de análise e reflexão para que possamos compreender o máximo possível a dinâmica de interação entre esses elementos.

A grande contribuição da Geografia aos alunos da Educação Básica é: desenvolver o pensamento espacial, estimulando o raciocínio geográfico para representar e interpretar o mundo em permanente transformação e relacionando componentes da sociedade e da natureza. Para tanto, é necessário assegurar a apropriação de conceitos para o domínio do conhecimento fatural (com destaque para os acontecimentos que podem ser observados e localizados no tempo e no espaço) e para o exercício da cidadania. (BRASIL, 2018)

Sendo assim, o aluno surdo tem a oportunidade de adquirir, inicialmente, seu conhecimento por meio de imagens de representação do espaço, como aquelas que eles já estão familiarizados, explorando os conteúdos obrigatórios por meio de uma matéria visioespacial.

As práticas pedagógicas são essenciais para formação dos docentes e a construção da aprendizagem, a linguagem atua diretamente na assimilação de conteúdos, pois as crianças surdas estão iniciando a agregação de conhecimentos dos mais diversos assuntos, nesta perspectiva a geografia é associada a conhecer situações diárias, que colocadas, corretamente, no início da vida escolar, podem facilitar o entendimento futuro, relacionando com outros conteúdos; entretanto seria satisfatório se ocorresse nesta certeza, mas devemos precaver, mostrar para o aluno surdo que a dificuldade todos têm, apenas difere o meio de comunicação, reorganizar as ideias, alterar e adaptar, buscar minimizar os problemas, são os desafios dos docentes. (LIMA et al, 2017, p.9)

Nesse sentido, apenas de um modo geral, pode-se dizer que a Geografia é uma ciência que estuda questões muito complexas envolvendo fenômenos físicos, biológicos e especialmente humanos. Estes mudam de forma clara a configuração do espaço, ou mais precisamente, o espaço geográfico, provocando reflexão sobre a prática docente relacionada ao ensino de Geografia dos Surdos. Esses alunos precisam ter uma participação nas atividades realizadas em sala de aula e nos questionamentos feitos pelo professor regente, por meio de práticas pedagógicas que favoreçam sua aprendizagem e interação com os colegas, desenvolvendo e fortalecendo o sentimento de pertencimento

ao grupo.

A Geografia, no início, era trabalhada de uma maneira tradicional, baseada em aulas expositivas com o uso de quadro, leitura de alguns textos e de mapas. Hoje, a utilização de recursos didáticos mais avançados é fundamental, pois muitos conteúdos exigem dos alunos um aprendizado mais inovador, que contribua para suas formações como cidadãos.

Para isso, é preciso superar a aprendizagem com base apenas na descrição de informações e fatos do dia a dia, cujo significado restringe-se apenas ao contexto imediato da vida dos sujeitos. A ultrapassagem dessa condição meramente descritiva exige o domínio de conceitos e generalizações. Estes permitem novas formas de ver o mundo e de compreender, de maneira ampla e crítica, as múltiplas relações que conformam a realidade, de acordo com o aprendizado do conhecimento da ciência geográfica. (BRASIL, 2018).

Faz-se necessário que, o professor regente aplique materiais voltados ao visual, uma vez que o intérprete torna-se mediador do ensino, facilitando o entendimento dos conteúdos geográficos. De acordo com Buzar (2009, apud GUIMARÃES, 2021) os olhos são parte da comunicação dos surdos. O aspecto visual concentra toda a relação que os surdos têm com o mundo. É na experiência visual que o aluno surdo pode compreender o conteúdo e as interações que ocorrem em sala de aula.

A prática de ensino que envolve o assunto da inclusão requer do professor mais preparação, uma vez que é visível em muitos deles, dificuldades em ministrar aulas em sala com alunos surdos. Para Reis (2017, p. 45):

Pensar a Geografia, em uma perspectiva bilíngue é ainda mais desafiador, poiso planejamento, além de atender a matriz curricular, também precisa levar em consideração as especificidades linguísticas dos alunos surdos, tornando claro o importante papel desta disciplina na aprendizagem.

O componente curricular de Geografia tem um papel fundamental na tarefa de construir alternativas que permitam encontrar orientações curriculares que dialoguem com uma proposta de ensino voltada para a formação autêntica de sujeitos críticos e participantes daconstituição socioespacial. Nas últimas décadas, por exemplo, esta ciência chegou a ser caracterizada como frágil, em função de ser baseada em modelos tradicionais, por meio dos quais o “conhecer” era substituído pelo “decorar”. (DARSIE et al, 2016). Por isso, o ensino de Geografia precisa ser reestruturado em busca de conhecimentos facilitadores do processo de construção social superando o modelo

tradicional.

Os geógrafos começaram a buscar um novo paradigma para que pudessem explicar e criticar a Geografia tradicional. Foi com a chegada da Geografia contemporânea, que se delineou a dialética da relação homem-natureza, sociedade-natureza, emergindo da produção de sistemas sociais que sobrevivem, apropriando-se da natureza, organizando-se. Trata-se de uma Geografia da interação espacial, uma Geografia da relação horizontal e vertical-espaço mundo/tempo/mundo. (SANTOS, 2009).

Assim, os benefícios contemplaram tantos os alunos surdos quanto os ouvintes, fornecendo aos mesmos a capacidade de intervir no meio para que consiga atender às necessidades do seu cotidiano. A Geografia escolar possui responsabilidade em fornecer aos alunos condições para realizarem uma análise científica do espaço, com uma visão crítica abrangente.

Vale lembrar, ainda, que o processo de inclusão dos alunos surdos nas escolas comuns, no Brasil, caminha a passos lentos, com a Constituição de 1988, ela ganha força, principalmente, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que dedica um capítulo à Educação Especial. As primeiras experiências de escolas inclusivas tiveram resultados nada satisfatórios. O fato de se colocar alunos com deficiência em uma sala de aula comum, fez com que muitos deles se regredissem, diante das dificuldades encontradas.

A princípio, os alunos eram tratados com certo receio, uma vez que aquela situação era desconhecida. Os professores se viram frente à uma missão nova, para a qual não estavam e nem foram preparados, pois “no Brasil, a formação de professores e demais agentes educacionais ligados à educação, segue ainda um modelo tradicional, inadequado para suprir às reivindicações em favor da educação inclusiva” (PLETSCH, 2009, p.150).

Essa inclusão de forma inadequada, conforme Lacerda e Poletti (2004), transformou a sala de aula em espaço de conflitos, sendo o pior deles, a separação dos alunos surdos com os demais. Parecem estar envolvidos em um ensino diferenciado, com matérias diferentes, a falta de comunicação é imensa, o professor regente não consegue ensinar os deficientes surdos, passando essa responsabilidade para o professor intérprete, na qual a maioria deles não possuem formação específica. Desta forma, não compreende a matéria estudada.

Nesse sentido, Lacerda e Poletti declaram que [...] a responsabilidade pela educação do aluno surdo não pode recair sobre intérprete, já que seu papel principal é interpretar. É preciso que haja parceria como professor, propiciando uma atitude colaborativa, em que cada um possa sugerir metodologias ao outro, promovendo a melhor condição possível de aprendizagem para a criança surda. (LACERDA; POLETTI 2004, p.6)

Diante disso, cabe ao professor regente criar estratégias que facilitem a inclusão entre os alunos, ele deverá ter um olhar diferenciado para cada aluno, tentar identificar e entender as suas limitações e dificuldades de aprendizado, elaborando estratégias didáticas que possam tornar a aquisição e compreensão dos conteúdos mais prazerosos e estimulantes, promovendo propostas de um trabalho em conjunto, a fim de quebrar algumas barreiras que possam vir a atrapalhar o desenvolvimento e interação da turma no decorrer do processo de ensino e aprendizagem. A utilização de recursos visuais e de multimídia é sempre uma boa alternativa dando ao professor, em sala de aula, a liberdade de promover um momento de descontração sem perder o aprendizado e afetividade que envolve tanto os alunos ouvintes quanto os surdos.

Outra prática que também corrobora bastante para o processo de inclusão e a construção do plano de aula, junto ao professor intérprete, facilitando assim a comunicação e o desempenho dos educandos surdos, contribuindo para que os mesmos consigam acompanhar a turma e se tornem mais participativos em companhia dos outros alunos ouvintes.

Ademais, a Geografia tem muito a somar em benefício do aluno surdo, apesar dos conteúdos didáticos oferecidos nas escolas serem bem inferiores, o professor deve se empenhar em uma busca de novas estratégias a serem trabalhadas. A Geografia possui um amplo leque de opções, principalmente, aquelas com foco na visualidade dialogando com a interdisciplinaridade.

Um bom ensino de Geografia que visa a construção metodológica precisa levar em consideração sempre algumas particularidades que os docentes possuem, como os conteúdos trabalhados em sala de aula que precisam estar em concordância com o que é vivenciado na realidade. Para que esses objetivos sejam contemplados nos sujeitos surdos, torna-se necessário conhecer a forma como entendem e utilizam o espaço, respeitando as experiências de mundo que eles possuem, para que a partir delas, os conhecimentos sistematizados possam ser trabalhados.

6 -METODOLOGIAS APLICÁVEIS

Uma prática que contribui muito para a aprendizagem é a realização do estágio supervisionado em turmas que possuem alunos surdos, isso possibilita experiências a respeito de como trabalhar os conteúdos escolares, sem que eles se tornem uma barreira para o

deficiente auditivo em relação a seu aprendizado.

Para Cocato (2021), a importância do estágio obrigatório dentro da formação de docentes é incontestável, sendo este processo passível de diversas observações, experiências e contato com o ambiente de ensino, com suas particularidades e com o que, possivelmente, pode ser melhorado na prática pedagógica. É fato que as falhas no ensino de Geografia para alunos surdos ainda são muitas, principalmente, nas escolas públicas, onde as aulas são ministradas de maneira desinteressante, comprometendo a qualidade do ensino, não se dá oportunidade aos alunos de se tornarem participativos.

Em muitas escolas, o ensino de Geografia atual é dado por conteúdos complexos que acabam se perdendo e não ensinados, repetição de informações, uso dos mesmos recursos didáticos, medo de inovar, dificuldade de rever metodologias que não deram certas, essas são algumas das situações existentes. Outro problema recorrente é que muitos professores acabam tendo uma postura estática não percebendo os conhecimentos adquiridos pelos alunos que poderiam ser usados como ponto de reflexões.

Ao se trabalhar Geografia em uma turma inclusiva, o professor deve se reinventar a cada aula, visto que esses alunos apresentam maiores dificuldades em relação ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, a fim de tornar as aulas mais proveitosas. Os recursos didático-pedagógicos podem ser criados por eles próprios, como jogos de quebra cabeça e maquete abordando a matéria estudada.

O professor também poderá fazer o uso de estratégias que facilitam o entendimento do aluno surdo, como pronunciar bem as palavras, sem precisar de exageros, falar, diretamente, para o aluno sem se curvar para outros lados, ou dar-lhes as costas. Ser expressivo ao falar para ajudá-lo a identificar o que se quer dizer ou como você está dizendo, já que eles não conseguem distinguir, por exemplo, uma mudança sutil do tom da voz, que transmitem diferentes emoções. Manter sempre o contato visual com a pessoa surda, quando estiverse dirigindo a ela, não gesticular junto com o intérprete e propiciar material escrito de forma clara, para auxiliá-lo em seu estudo pessoal. Nesse sentido, Galdino (2016), diz que, em sala de aula, os professores devem conhecer e respeitadas particularidades do acadêmico surdo, sendo necessária uma adequação nos materiais pedagógicos, bem como, é preciso conhecer as características de aprendizagem do mesmo.

Galdino (2016), acrescenta ainda que, mesmo em sala de aula, o professor de Geografia pode desenvolver estratégias que permitam explorar os conceitos geográficos da melhor forma, para que haja uma articulação do conteúdo com a realidade, abrangendo suas experiências. O uso de recursos visuais, com formas grandes e cores fortes, confecções de

painéis, cartazes para construção de um mural, uma minibiblioteca na sala de aula, com livros diversos, dicionários, revistas e jornais, pode ser muito satisfatório. A boa organização do quadro de giz, também é fundamental para orientar o entendimento dos estudantes surdos e ouvintes.

Além disso, os recursos visuais são bem interessantes para a educação de alunos surdos. Podem ser: mapas, imagens, vídeos, diagramas, aplicativos, infográficos, entre outros. O estudo através da exploração de recursos visuais é o fio condutor para um maior entendimento do conteúdo, não só para os alunos com deficiência como para toda a turma.

Os recursos visuais vão além de simples ilustrações dos temas, as experiências sensoriais têm uma grande importância na construção das aprendizagens. Para alunos surdos, as imagens podem significar mais referências para construção do conhecimento. De maneira geral, nem todas as áreas do conhecimento ou disciplinas têm materiais específicos, com conteúdos próprios traduzidos para Libras. (GUIMARÃES, 2021.)

O trabalho de campo, por exemplo, possibilita que o aluno surdo faça uma análise das relações existentes no espaço geográfico, bem como predispor observações de diversos ambientes e as relações estabelecidas, ensejando expressar significados e conclusões diversas.

As atividades campos quando ocorridas devem servir como recursos pedagógicos, auxiliando professorese alunosno processo de ensino-aprendizagem, não deve estar desconectada à teoria, a organização do pensamento e das eventuais interdisciplinares existentes. De modo caminha a proposta de trabalho de campo em Geografia, possibilitando aos alunos visualizarem a teoria na prática (FUENTE; SAMPAIO, 2011, p. 193).

O professor deve estar munido de ações voltadas aos alunos surdos para auxiliarem no desenvolvimento, deve-se ficar atento aos sinais refletidos pelos alunos, buscando saber a causa da desatenção e os motivos pelos quais eles não atendem aos seus chamados ou não se concentram. Desenvolver práticas pedagógicas que os possibilitem a participar, a questionar ter o interesse de buscar a aprender e garantir que ele se sociabilize com outros alunos surdos e ouvintes.

O uso de mapas, maquetes, fotografias, filmes adaptados, jogos, etc. são recursos primordiais para o ensino dos conteúdos de Geografia, estes, por sua vez, auxiliam na compreensão de conceitos abstratos, promovendo tanto aos alunos surdos, quanto aos ouvintes a compreensão do espaço geográfico (LIMA, 2020). Essas e outras estratégias valorizam o contexto de vida dos alunos, suas especificidades como também suas diferenças linguísticas, que neste caso, em especial é a maior barreira presente no ambiente escolar.

Dessa forma, o trabalho do educador consiste em promover condições de aprendizagem e adaptação, através de propostas e estratégias que visem o desenvolvimento e

participação do aluno nas atividades educativas, contribuindo, efetivamente, na construção da identidade, onde sejam respeitados os direitos e valorizando cada um pelo que representa dentro da sociedade.

É necessário que a escola estruture o currículo e a qualidade do ensino e, sobretudo, proporcione aos educadores especialização para atuar de forma consciente no processo de ensino do aluno. Assim, serão capazes de perceber o aluno como sujeito de aprendizagem e que é importante o uso de metodologias que facilitam o processo a aquisição de aprendizagem de forma significativa: “Toda atividade deverá suscitar exploração, descoberta, com base nas possibilidades e nos interesses dos alunos, que optarem por desenvolvê-las em pequenos grupos ou por si mesmos” (MANTOAN, 2015, p. 74).

Os alunos surdos precisam se sentir acolhidos em uma escola inclusiva, sendo essencial a utilização de uma metodologia que possibilite o acompanhamento e participação de todos os momentos. Assim, ensinará a comunicação necessária ao ensino de Geografia, que é uma ciência formadora do pensamento crítico, possibilitando ao aluno romper com ideologias opressoras, formar um senso crítico, tornando-o integrante ativo da sociedade.

7- CONCLUSÃO

Uma grande mudança no Ensino de Geografia exige que métodos tradicionais de ensino sejam reavaliados sob um viés crítico, que forme uma nova visão da disciplina. Isso deve ocorrer em prol de um novo pensar sobre o mundo, possibilitando que a Geografia invista na formação dos alunos surdos, fornecendo-lhes assuntos que conectem às leituras e suas realidades.

Por conseguinte, faz-se necessário fornecer conhecimento ao aluno surdo, por meio do ensino de Libras e Geografia. Dentro da linguagem e comunicação, temos pilares fundamentais em meio ao processo de aquisição de conhecimentos da Geografia, para que alunos surdos possam ter acesso à possibilidade de refletir e usar tais conhecimentos da disciplina em seu meio. A maioria das escolas, por sua vez, não possui uma infraestrutura e recursos educacionais adequadas para receber e atender esses alunos, a falta de preparação e formação dos professores só vêm reafirmando a continuidade de portar métodos que nem sempre proporcionam o desenvolvimento cognitivo do aluno surdo.

Contudo, a linguagem geográfica pode ser utilizada por meio de Libras, facilitando o acesso à leitura do espaço, gerando conexões tanto sociais quanto culturais, criando seus valores próprios de vida em meio à sociedade, promovendo a emancipação intelectual, além de explorar seus potenciais na mesma medida em que se perscrutam os alunos ouvintes.

Embora a maioria dos professores tenha uma metodologia mais tradicional, existem profissionais da área de Geografia que se interessam pela inclusão, procuram se capacitar e pesquisar os recursos que possam facilitar suas aulas, com materiais didáticos diferenciados que propicie a interação entre os alunos, despertando o interesse e o aprendizado.

O professor inclusivo não procura eliminar a diferença em favor de uma suposta igualdade do alunado - tão almejada pelos que apregoam a homogeneidade da sala de aula. Ele está atento aos diferentes tons das vozes que compõem a turma, promovendo a harmonia, o diálogo, contrapondo-as, complementando-as (MANTOAN, 2015, p. 79).

Para o discente surdo, o campo visual é primordial para o ensino de Geografia. Além disso, é extremamente importante e necessária a presença de um intérprete em sala de aula para que o mesmo possa fazer a intermediação entre professor e aluno. Assim sendo, agregam-se, também às atividades dinâmicas, como: as brincadeiras educativas, podendo dar assistência na construção da noção, representação e organização espacial.

Para que ocorra a inclusão escolar dos alunos com deficiência visual, por exemplo, a utilização de recursos didáticos adaptados torna-se indispensável. Para o aluno cego, deve ocorrer a transcrição do material escrito para o Braille (não necessariamente realizada pelo professor regente), e/ou realizar a leitura oral. Para os alunos com baixa visão, ampliações do livro didático, textos, mapas, figuras, provas e atividades são fundamentais (PENA; SAMPAIO, 2019, p. 5-6).

Desta maneira, as reflexões sobre o ensino de Geografia para alunos surdos necessitam de inovações metodológicas constantes que poderão sanar parte do problema existente ao que concerne o ensino da Geografia para estes.

Além disso, o professor teria que utilizar recursos que agucem o interesse dos alunos como: imagens, mapas, televisão e DVD, datashow e jogos, proporcionando-lhes uma motivação maior em aprender. Dependendo do conteúdo, poderia ser feito também um trabalho de campo que propicie aos alunos um contato direto com seu entorno. Ao professor de Geografia, caberá pesquisar, exigir da instituição ou elaborar materiais adaptados (em altoprelevo, com cores contrastantes, dentre outros) que atendam a todos os alunos (PENA; SAMPAIO, 2019).

Por fim, percebe-se que, ainda, há muito a ser feito ao que concerne uma educação de qualidade para o aluno surdo. Diante disso, faz-se necessária a capacitação dos profissionais do ensino de Geografia na busca de aprimoramento de suas práticas pedagógicas para atendê-lo, bem como investir em recursos didáticos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a **Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 12 de jun. de 2022.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 12 de jun. de 2022.

_____. RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001. (*) **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**.

_____. Decreto no 5.625, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a **Língua Brasileira de Sinais - Libras**, Brasília.2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 14 de jun. de 2022.

_____. MEC. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União, Brasília, 7 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm> . Acesso em: 13 jun. 2022.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/Acesso> em 12 de jun. de 2022.

COCATO, Guilherme Pereira et al. **Práticas Docentes no Ensino Básico de Geografia em Londrina/PR: Um Estudo de Caso**. Revista Ensino de Geografia (Recife) V. 4, nº.3, 2021.

DARSIE, Camilo et al. **Ensino de geografia para surdos: uma questão de língua e linguagem**. Ágora [ISSN 1982-6737]. Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/agora.v18i2.8304> . Acesso em 21 de jun. de 2022.

FUENTE, Adriano R. De Souza de La e SAMPAIO, Adriany de ÁVILA Melo. **Trabalho Campo para ensinar Geografia aos alunos Surdos**. In: _____, Adriany de Ávila Melo; SAMPAIO, Carlos Freire; Ler o Mundo com as mãos e ouvir com os olhos: Reflexão sobre o Ensino de Geografia em tempos de inclusão. Uberaba, MG, 2011.

GALDINO, Giselle dos Santos et al. **Material Didático para o Ensino de Geografia: Uma proposta para alunos surdos**. Cepe Inovação: Inclusão Social e Direitos. 2016.

GUIMARÃES Rosiane Correa e PENA Fernanda Santos. **Recursos visuais no ensino de geografia para estudantes surdos**. Montes Claros (MG), Brasil. Revista Ciranda v. 05, n.03, p. 73-84, 2021. Disponível em: <<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/ciranda/article/view/4520>> Acesso em 14 de jun. de 2022.

LACERDA, Cristina e POLETTI, Juliana. **A escola inclusiva para surdos: a situação singular do intérprete de língua de sinais.** In: Reunião Anual da ANPEd, 27., Caxambu/MG. Anais... Caxambu: FAPESP, 2004. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt15/t151.pdf>. Acesso em: 12 junh. 2021.

LIMA Gustavo da Silva et al. **O Lúdico no Ensino de Geografia, para o melhor aprendizado para os alunos surdos.** NUEDIS - Nucleo de Estudos em Diversidade e Inclusão de Surdos, p. 466-485, 06 de junho de 2017.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: o que é, porque, como fazer.** São Paulo, Summus, 2015.

OLIVEIRA, Fabiana Barros. **Desafios na inclusão dos surdos e o intérprete de Libras.** Revista Diálogos & Saberes, v.8, n.1, 2012.

OLIVEIRA, Marcela Crislane Conceição de e MESQUITA Leila Santos de. **A importância do intérprete de libras na sala de aula.** Anais IV CINTEDI... Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/72343>>. Acesso em: 13 de jun.de 2022.

PENA, F. S.; SAMPAIO, A. A. M. **Formação e prática pedagógica de professores de geografia para a inclusão de estudantes surdos.** Geog. Ens. Pesq. Santa Maria, v.23, e18, 2019.DOI:10.5902/2179460X30892ISSN2236-4994. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/30892/pdf>. Acesso em:11dejun. de 2022.

PLETSCH, Márcia Denise. **A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas.** Educar em Revista, núm. 33, 2009, pp.143-156. Universidade Federal do Paraná. Paraná, Brasil. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/1550/155013364010.pdf>> Acesso em:10 de jun. de 2022.

RECH, Gabriele Cristine etal. Libras nas licenciaturas e currículo. Revista diálogos “Surdez e aquisição de línguas”v. 7, n.2, maio-ago.p. 156– 171. 2019.

REIS, Célia Ferreira dos. **Ensino de geografia em escola para alunos surdos: desafios e perspectivas para a aprendizagem.** 2017. p. 178.

SANTOS, Vera Maria dos. **A geografia contemporânea e as tendências atuais da geografia brasileira.** Geografia e Filosofia. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2009. v.1 Disponível em: https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/15432516022012Geografia_e_Filosofia_aula_10.pdf. Acesso em: 10 de jun. de 2022.

TEZANI, Thaís Cristina Rodrigues. **A relação entre gestão escolar e educação inclusiva: o que dizem os documentos oficiais?** Revista online de Política e Gestão Educacional, n. 6, 2009. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9249/6131>. Acesso em: 10 de jun.2022

VITTA, Fabiana Cristina Frigieri de et ali. **Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência.** Revista Brasileira de Educação Especial, p.415-428, 2010.